

Parente confirma acordo sobre verba do Orçamento

A CPI do Orçamento decidiu tomar ontem, por fax, o depoimento do ex-secretário de Planejamento no governo Collor, Pedro Parente, representante do Brasil no Banco Mundial, em Washington. Numa conversa prévia com o deputado Sigmarinha Seixas (PSDB-DF), Parente confirmou um acerto antecipado com a cúpula da comissão de Orçamento sobre o destino das verbas públicas em 1992. Disposto a descrever detalhadamente os termos do acordo, Parente insistiu que a iniciativa partiu dos parlamentares, não do governo. "Considero a existência deste acerto prévio um fato comprovado", antecipou ontem o relator da CPI, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE).

A combinação que garantiu ao deputado João Alves (sem partido-BA) poder sobre o destino das subvenções sociais e o rateio de verbas entre o senador Ronaldo Aragão (RO) e os deputados Genivaldo Correia (BA) e José Geraldo (MG), todos do PMDB, foi denunciada a CPI pelo economista José Carlos Alves dos Santos. Todos os envolvidos negam o acordo.

Na versão contada ontem pelo senador Ronaldo Aragão, que presidia a comissão de Orçamento na época do acordo, tudo não passou de um pedido de apoio de Parente ao projeto de lei orçamentária para 1992. "O Parente queria o apoio do PMDB", contou Aragão, um dos participantes da reunião na casa do deputado João Alves relatada por Santos. Parente garante, porém, que foi chamado para o encontro pelo economista, que dirigia na época o Departamento de Orçamento da União (DOU).

Pedro Parente informou à CPI que o ex-presidente Fernando Collor e o ex-ministro da Econo-

ARQUIVO



Parente: acerto teve apoio de Collor e do ministro Marcílio

mia Marcílio Marques Moreira aprovaram o acordo entre o Executivo e o Legislativo, feito em 1991, e que beneficiava alguns parlamentares. Por este acordo, um grupo de parlamentares da Comissão de Orçamento liderado pelo deputado João Alves se comprometia a não fazer grandes alterações na proposta orçamentária do Governo, em troca de liberações de 1,5 por cento do valor do Orçamento para aqueles parlamentares, com emendas que deveriam vir da proposta do Executivo.

O ex-secretário de Planejamento, que era o responsável pela elaboração do orçamento, deu hoje estas explicações, por telefone, de Washington, onde reside, ao coordenador da subcomissão de emendas orçamentárias da CPI, Sigmarinha Seixas. Parente se comprometeu a enviar ainda hoje um fax à CPI com um relatório detalhado sobre o acordo.

Pedro Parente contou que o acordo foi proposto ao ex-diretor do Departamento de Orçamento da União (DOU) José Carlos Alves dos Santos pelo então relator do Orçamento, João Alves e pelo presidente da Comissão do Orçamento senador Ronaldo Aragão (PMDB-RO).

O diretor do DOU levou a proposta a Parente que decidiu submetê-la ao presidente da República e ao ministro da Economia. O acordo foi feito nos últimos dias de agosto de 1991, antes do envio da proposta orçamentária ao Congresso. Da parte do Legislativo, a idéia do acordo contou ainda com o respaldo do ex-líder do PMDB na Câmara, Genivaldo Correia (BA) e dos deputados José Geraldo Ribeiro (PMDB-MG) e Cid Carvalho (PMDB-MA), os dois últimos também membros da Comissão de Orçamento, conforme relatou à CPI José Carlos Alves dos Santos.